



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



INDÍGENAS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO: REPRESENTAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS NATIVOS FRENTE AOS HOMENS GLOBAIS

Gabriel Angra Ghidetti¹

Resumo: Esse trabalho procura dar esclarecimentos sobre a reação e a representação do aborígene ocorrida na Capitania do Espírito Santo em meados do século XVI, entendendo-as como manifestações de resistência num contexto global de contato europeu com outros continentes. Queremos demonstrar como os índios viventes na capitania estavam incluídos nas experiências portuguesas de ultramar considerando que sua reação como agente histórico pouco foi estudada durante o século passado se comparada às análises feitas sobre as outras capitanias vizinhas. Esse objetivo, contudo, só é possível a partir dos testemunhos deixados pelos próprios europeus, grande parte pelos inacianos da Companhia de Jesus, mas podendo contar com outros documentos oficiais, relatos e correspondências de personagens fora do mundo eclesiástico.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES com o projeto intitulado “Nativos aldeados e gentios na capitania do Espírito Santo: uma reinterpretação da contribuição indígena”, membro do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas sob orientação do prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro. Email: gabrielghid@hotmail.com

Palavras-chave: Capitania do Espírito Santo, resistência indígena, Império Ultramarino Português.

Abstract: This work seeks to give clarification on the native's reaction and representation occurred in the Capitancy of Espirito Santo in the midst of 16th century, understanding them as manifestations of resistance within a global context of european contact with others continents. We wish to demonstrate how the natives who lived in the capitancy were included in the portuguese experiences in overseas, considering that those reactions as historical agents had been poorly studied during the last century if compared to the analysis made on the neighbor capitancies. This goal, however, is only possible starting from the testimonies left by the europeans, much left by the ignatians from the Society of Jesus, but counting with another official documents, stories and letters from characters that were outside of ecclesiastical world.

Keywords: Capitancy of Espírito Santo, indigenous resistance, Portuguese Overseas Empire

Introdução: contexto colonial no Espírito Santo

Os estudos históricos sobre a capitania do Espírito Santo, durante o último século, pouco exploraram a temática indígena². Talvez, por negligência — poderíamos questionar —, mas provavelmente também pela falta de variedade de fontes escritas deixadas sobre esse assunto. Gostaríamos de realizar, então, um breve estudo sobre o indígena do Espírito Santo logo após a chegada dos padres da

² É notável também o trabalho de Nara Saletto, cf. SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. Mais recentemente, a tese de Maria José dos Santos Cunha. *Os jesuítas no Espírito Santo 1549–1759: contatos, confrontos e encontros* (2014), surgiu como um ponto de referência para a compreensão da história do Espírito Santo nos primeiros séculos.

Companhia de Jesus, que foram os responsáveis por grande parte da documentação deixada a respeito desses atores históricos. É inevitável utilizar os textos e cartas jesuíticas na compreensão do processo histórico que envolve os indígenas, especialmente quando falamos do século XVI.

Construir um pequeno panorama jesuítico da capitania do Espírito Santo nessa época é importante para que entendamos qual o lugar ocupado pela figura do índio em nossa história. Levamos em consideração o período compreendido entre 1551 e 1600 ou, pelo menos, da primeira data até os inícios do século XVII: a primeira por marcar o início da experiência jesuítica na região e pelo século seguinte já representar outra fase dos aldeamentos e da própria documentação e da legislação indigenista³.

Mesmo antes de 1551, já havia passado, pela vila do Espírito Santo, o jesuíta Leonardo Nunes, que partira da Bahia em direção a São Vicente em 1549, mas deteve-se na capitania por um mês e atendeu ao povo nos sacramentos da fé (Cartas Avulsas, 1988, p. 58). Além disso, mesmo com o início das obras de Afonso Brás e o com os primeiros relatos de contato, ainda era muito inconsistente a relação entre padres e índios na capitania, bem como mencionou Luís de Grã em carta datada de 1555, na qual diz que os mesmos encontravam-se “mui apartados e muito mais fora de quererem dar seus filhos, como é em todas as capitanias que até aqui vi. Creio eu que o causa a grande cubiça (sic) que têm cá os brancos de lhos haverem por escravos” (Novas Cartas Jesuíticas, 1940, p. 178).

³ A maioria dos trabalhos com que entramos em contato a respeito da temática indígena foram embasados em fontes do século XVI. Esta é a razão de considerarmos duas fases diferentes da expansão que entra em choque com os ameríndios. Entretanto, há alguns trabalhos que alcançam o século XVII, cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial** (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 115-132, 1992; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **O sentido moderno da administração colonial: o caso do Regimento das Missões**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (UNIRIO)*, n. 61, Rio de Janeiro, p. 203-221, 2015.

O relato de Grã revela-nos a saga de Maracaiaguaçu (Gato Grande), resgatado pelas embarcações de Vasco Fernandes Coutinho naquele mesmo ano. Era esse ponto em que queríamos chegar nesse trabalho, pois, quando lemos a carta, a dimensão do resgate pode passar despercebida. Notemos que o capitão-donatário moveu grande aparelhamento para cumprir tal missão, que foi aceita, aliás, graças ao apelo dos jesuítas e à obstinação do filho de Gato Grande, que fora enviado para buscar a ajuda⁴. Esse é um caso que já foi narrado em artigos, dissertações e teses sobre o tema das interações socioculturais e do índio como ator histórico, cujas decisões ajudaram a construir historicamente a sociedade que se formava.

É possível pensar, por exemplo, no papel dessas lideranças indígenas na nova sociedade que surgia aqui? Considerando o pensamento e as práticas políticas e jurídicas, insipidamente transplantados na colônia, o que configura este tipo de organização tipicamente formado no Espírito Santo? Além dos índios, a Companhia de Jesus figurava como autoridade em vários assuntos e no trato dos próprios indígenas, intermediando as relações e os conflitos entre estes e os portugueses. É claro que estes fatos históricos não excluem a dimensão burocrática de um poder oficializado, mas o domínio sobre os corpos, mentes e o comportamento dos personagens não obedeciam estritamente a um “projeto português” de dominação – nos sentidos material e jurídico da palavra.

⁴ Gato Grande e sua tribo eram índios de denominação temiminó, que viviam nas imediações do Rio de Janeiro. À época do referido resgate, viviam em constantes guerras com os tamoios – provavelmente tupinambás – que os pressionavam cada vez mais contra o litoral. Não enxergando outras saídas, o chefe indígena decidiu enviar um de seus filhos ao norte para dizer aos brancos que queriam virar cristãos e pediu, dessa forma, o resgate dos seus. Esse é um caso de estratégia para a sobrevivência pensada pelos índios, e que condicionou a ação do português, alterando também a forma de representação do índio. O episódio foi muito bem analisado por Maria José dos Santos Cunha, cf. CUNHA, M. J. S. *Maracaiaguaçu, o Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador*. Revista *Ágora* (UFES), n. 20, Vitória, p. 24-40, 2014.

Segundo os relatos, os padres jesuítas persuadiram Vasco Fernandes a empreender a busca da tribo dos índios do Gato em 1555. O capitão donatário havia acabado de voltar ao Novo Mundo, depois de uma viagem que tinha a França como destino aparente. É provável que Coutinho tivesse saído em mais uma de suas buscas por tratos e alianças no além-mar, visto que sua própria rede de contatos espalhava-se por pelo menos quatro continentes (Europa, Ásia, África e América), que também correspondiam a locais onde ele, juntamente com homens de seu parentesco, já havia se aventurado — principalmente em Goa e em Malaca. Apoiamo-nos, para isso, no estudo de João Paulo Oliveira e Costa intitulado *Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil* (COSTA, 2004, pp. 167-194), no qual o autor traça um breve histórico genealógico sobre a linhagem de nosso donatário. Voltaremos a falar sobre o passado desse personagem logo adiante.

Frente ao poder europeu, que é dominador de técnicas modernas de guerra e navegação e que carrega consigo a experiência da troca, aparece o indígena. De antemão, dizemos que a troca também é uma característica dos ameríndios. Aliás, mais do que a troca, o desejo de ser o outro. Os Tupi, povos que provavelmente haviam conquistado a faixa litorânea do Brasil há não muito tempo antes da invasão portuguesa⁵, tinham a característica de incorporação do outro em sua própria cultura⁶.

⁵ Ronaldo Vainfas discute sobre a ida dos tupis rumo ao litoral em busca da “terra sem mal”, ver VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005. Ver também POMPA, Cristina. **O mito do “mito da terra sem mal”**: a literatura “clássica” sobre o profetismo tupi-guarani. v. 29. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1998, pp. 44-72.

⁶ Tomamos emprestado o que Viveiros de Castro define por cultura quando analisa a inconstância da alma Tupinambá: “Uma cultura não é um ‘sistema de crenças’, mas – já que deve ser algo – um conjunto de estruturas potenciais da experiência, capaz de suportar conteúdos tradicionais variados e de absorver novos: é um dispositivo ‘culturante’ de processamento de crenças”. Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta**: sobre a inconstância da alma selvagem. Revista de Antropologia. São Paulo (USP), v. 35, p. 33, 1992.

Diferente do que apregoou a historiografia brasileira ainda nascente do século XIX⁷, e que se estendeu pelo século seguinte, destaquemos que os índios tiveram um papel de grande importância na formação da defesa da costa e de uma massa de homens e mulheres levados compulsoriamente a trabalhar nas terras próximas aos assentamentos portugueses. Talvez seja mais importante entender como os indígenas exerceram um papel de resistência e contribuíram para mudar os rumos da história, de modo a enxergá-los não mais como personagens passivos, mas como agentes modificadores de seu tempo.

Nosso propósito é demonstrar, em algumas páginas, como essas vertentes (jesuítas, índios e Vasco Fernandes Coutinho) construíram um emaranhado de relações que moldaram a história da segunda metade do século XVI na capitania do Espírito Santo e além dela. No caso dos jesuítas, primeiramente pelo objetivo da evangelização dos gentios e multiplicação de neófitos para a Igreja, o que significava, também, mais cristãos trabalhando em terras e aumentando a riqueza. Para tal realização, Nóbrega não via outra saída que não fosse pela sujeição do gentio:

Êste gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado e por isso se S. A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos pola terra adentro e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear, como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre, a geração portuguesa que antre todas as nações é a mais temida e obedecida, estar por toda esta costa sofrendo e quasi sujeitando-se ao mais vil e triste gentio do mundo (Cartas Avulsas, 1988, p. 76).

⁷ Os dois grandes exemplos dessa primeira historiografia são Francisco Adolfo de Varnhagen e Carl Friedrich Philippe Von Martius. Ambos construíram narrativas que punham a história dos índios como findada, produzindo uma visão pessimista que teve consequências na política indigenista do império, cf. MONTEIRO, John Manoel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), pp. 1-7, 2001.

A partir dessa carta, escrita na Bahia, notamos que o argumento da sujeição é uma via para que os demais “cristãos” que ajudassem a “conquistar e senhorear” repartissem os serviços dos mesmos gentios. Essa medida, já em 1558, era um reflexo da impossibilidade de convencer aqueles povos apenas pela palavra, embora esta fosse uma das formas mais fortes. Acontecia que, frequentemente, os índios voltavam às antigas práticas; suas fronteiras culturais eram permeáveis a ponto de a palavra cristã não ser o bastante para segurá-los nos núcleos jesuíticos. A volta aos sertões e aos hábitos condenados pelos padres pode representar, também, uma das primeiras formas de resistência.

Se seguirmos a ideia proposta pelo jesuíta, entenderemos, de maneira geral, como agiam os inicianos em seus empreendimentos nas capitâneas, principalmente com a construção dos aldeamentos, que foram os espaços que propiciaram mestiçagem, não só de etnias, mas de pensamento e infusão de culturas que se cruzavam. Os índios sofreram, nesse processo, as piores consequências possíveis. Embora muitos deles estivessem sob os auspícios dos jesuítas, isso não significava a liberdade em relação aos portugueses, que não cessaram de tomá-los pela força, escravizando-os no trabalho de plantação e em outras atividades. Nas cartas jesuíticas, é clara a menção aos portugueses que escravizavam índios, o que causava a fuga destes e fazia com que eles voltassem aos sertões e às práticas originais combatidas pelos religiosos.

Indígenas: agentes históricos na Capitania do Espírito Santo

A um nível de reduzido de escala, a história regional nos leva a vasculhar os relatos jesuíticos e reconstruir os fatos que envolvem os indígenas em nossa capitania. É claro que não há meios para se estudar com nitidez o pensamento das tribos Tupi no Espírito Santo, mas alguns antropólogos dedicados a esse esforço já produziram pistas importantes para que pensemos como operavam as práticas sociais e a religião

indígena nessa época. A exemplo, quando Pe. Afonso Brás se queixa, em 1551, de que os índios eram muito inconstantes:

Fazemos cada dia a doutrina aos escravos desta vila, que são muitos. Não ousou aqui batizar estes gentios tão facilmente, ainda que o peçam muitas vezes, porque me temo de suas inconstância e pouca firmeza, amenos que estejam à beira da morte. Tem-se cá mui pouca confiança neles, porque são mui mudáveis, e parece aos homens impossível poder estes virem a ser bons cristãos: porque aconteceu de já os batizar cristãos alguns, e tornarem a ir para os gentios, e andam depois lá piores do que antes, e tornam a se meter em seus vícios, e a comer carne humana (*Monumenta Brasiliae*, v. I, 1956, p. 273).

Se tomarmos o ponto de vista do inaciano, a dificuldade é realmente grande em converter o indígena, visto que são “mui mudaveis”. Seria necessária a força para manter o gentio aldeado e fazer com que ele não recalcitrasse. É também por isso que Nóbrega usou aquelas palavras. Os índios do tronco Tupi, ao longo do litoral, apesar de rivalidades tribais e familiares, mantinham características similares quando do trato com os jesuítas, mesmo porque era prática comum que os portugueses forçassem os nativos aldeados a trabalhar em suas terras. Esse contexto pode explicar o motivo pelo qual – quatro anos mais tarde, quando um índio vindo da Bahia de Guanabara chega Vila de Vitória à procura de ajuda – os jesuítas apelam vigorosamente ao relutante capitão-donatário para que assim o fizesse.

Mencionamos o caso do resgate dos índios do Gato em 1555. Este acontecimento nos mostra a capacidade de tática de um grupo ameaçado, num contexto de guerras constantes, tanto pelas próprias tribos indígenas quanto pelos europeus, os quais interferiram nas práticas sociais Tupi – baseadas na vingança – e modificaram as guerras, antes elementos de coesão social daquela sociedade, transformando-as em meios de acumular prisioneiros e escravos.

Como os índios do Gato, esses temiminós trazidos por Vasco Fernandes, encontraram essa desesperada alternativa? Antes, é possível que a própria denominação “temiminó” tenha sido uma identidade afirmada num momento em que eles próprios necessitavam disso como diferenciação. É o que John Manuel Monteiro e, depois, Maria Regina Celestino de Almeida chamarão de “etnicidade construída no contexto da colonização” (ALMEIDA, 2003, pp. 56-77), ou seja, Gato Grande (ou Maracaiaguaçu) precisava indicar que ele e seu grupo não eram tamoios, mas que estavam em franca guerra contra os mesmos inimigos dos portugueses e que corriam grave risco de morte. O principal dos temiminós devia saber que os seus rivais mantinham aliança com os franceses que ocupavam a baía da Guanabara e que isso incomodava os portugueses. Gato Grande prezava pela sobrevivência de sua tribo e, para isso, utilizou-se da inimizade entre os europeus – e das alianças que estes fizeram com tribos inimigas – para tentar a salvação de seu povo. A tática deu certo. Na iminência da destruição da tribo dos índios do Gato, conta Luís de Grã que as quatro naus comandadas por Coutinho chegaram à baía e, em cerca de um dia e meio, levaram quantos puderam, inclusive batizando alguns às pressas na beira da praia antes do embarque:

Chegando lá os navios, estando já com casas e fato queimado, dentro em dia e meio se embarcaram com tanta pressa, que havia pais que deixavam na praia seus filhos, e dois que ficavam na praia pera expirar, já de fome, baptizaram logo, e no-los deram (Novas cartas jesuíticas, 1940, p. 181).

Note-se, aqui, que o artifício usado pelo principal daquela tribo foi o de que ele e os demais queriam tornar-se cristãos. Essa articulação acarretou outros acontecimentos que afetaram tanto a história do Espírito Santo quando a do Rio de Janeiro. Quando Gato Grande e os outros temiminós aportaram em terras capixabas, provavelmente ele não imaginasse que haveria de voltar às suas antigas terras para combater o inimigo comum e que sua tática de sobrevivência geraria consequências que se desdobrariam na reconquista da Baía de Guanabara.

O principal da tribo ainda teria que enfrentar outras situações na terra para onde veio. Uma delas foi o falecimento de seu filho nomeado Sebastião de Lemos, acontecimento que criou uma boa oportunidade de realização da cerimônia fúnebre pelos jesuítas, seguindo o rito cristão. Esse fato, segundo Maria José Cunha, “conseguiu despertar nos índios o efeito desejado e que era a passagem e incorporação para o modo de vida dos cristãos” (CUNHA, 2014, p. 33). Mesmo na morte de seu filho, Maracajaguaçu figurava como exemplo para os outros índios, até porque o cortejo fúnebre foi realizado com grande pompa e solenidade pelos padres. Dias depois, o chefe temiminó estava sentado na Igreja Santiago ao lado de Vasco Fernandes Coutinho, para acompanhar a missa. Depois do culto, ambos reuniram-se na casa do capitão-donatário para uma conversa mediada por um padre língua. Decorrente desta reunião foi a resolução de que Maracajaguaçu, sua mulher e seus filhos receberiam respectivamente os nomes de Vasco Fernandes, de sua mãe (dona Branca) e de seus filhos, configurando a transferência de nobreza por parentesco político, do governador português à nova nobreza da terra (CUNHA, 2014, p. 34).

Esses acontecimentos estão inscritos no fim da década de 1550. Para a década seguinte, acreditamos que os índios maracajás tenham exercido papel fundamental na tomada de Villegagnon, sob o comando de Estácio de Sá e dos outros principais das tribos indígenas que estavam já aldeadas no Espírito Santo. Deste modo, ressaltamos a capacidade de rearticulação dentro da própria etnia e articulação com o *outro* europeu, a construção alianças e de inimizades numa época de intensas guerras como foi especialmente este período do governo-geral de Mem de Sá para a dita capitania (ALMEIDA, 2003, p. 62).

De modo geral, desse período da história e até o pleno estabelecimento dos portugueses no Brasil – e especificamente na capitania do Espírito Santo – a geração de alguma riqueza e o empreendimento da defesa da faixa litorânea teriam sido impossíveis sem a composição indígena nos grupos militares. Até por isso, também, era importante que se convencesse o principal de uma tribo, pois, assim, tornava-se

mais fácil o convencimento dos seus subordinados. Maracajaguaçu foi um exemplo de líder que trouxe os seus, oficializando a crença em Cristo com o seu batismo e mudança de nome.

Vasco Fernandes Coutinho: do Oriente aos temiminós

Ao mencionar o caso dos novos nomes dados ao chefe dos índios do Gato, abrimos então um espaço para que falemos de onde ele – o nome – veio. É importante aqui lembrar que a adoção de nomes era uma prática recorrente nas culturas tupi, especialmente se eles tivessem pertencido a algum chefe inimigo capturado em guerra e morto nos rituais antropofágicos. No caso abordado aqui, o ritual não ocorreu, mas os ritos católicos conseguiram preparar o chefe indígena para receber o nome de Vasco Fernandes Coutinho. O donatário da capitania do Espírito Santo pode representar a materialização dos processos vividos pela figura do aventureiro português e, mais do que isso, do negociante lusitano que atravessava os mares, costurando as redes de comércio que sustentaram o que chamamos de império português ultramarino.

Coutinho não foi o primeiro de seu nome a navegar até as famosas Índias Orientais. Havia já uma linhagem de fidalgos que o precederam em várias gerações, inclusive chegando mesmo a ajudar na composição da dinastia de Avis. Referimo-nos às quatro principais linhagens mencionadas por João Paulo Oliveira e Costa na breve narrativa prosopográfica de nosso donatário: os Melo, os Coutinho, os Barreto e os Lima são as principais famílias que compõem a linhagem⁸. Não vamos, aqui, reproduzir o trabalho de Costa, mas é importante, pelo menos, indicar o que o autor descobriu sobre alguns antecedentes de Vasco Fernandes, o que nos ajuda a mostrar

⁸ Os fatos sobre a vida de Vasco Fernandes Coutinho aqui mencionados, retiramos do estudo de COSTA, João Paulo Oliveira e. *Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil*. in: Idem. *D. João III e a formação do Brasil*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesas, 2004. p. 167-194.

que seu nome teve uma trajetória cheia de acontecimentos importantes até que chegasse ao Brasil.

Na virada da primeira para a segunda década do século XVI, Coutinho já se encontrava em missões marítimas. Nosso capitão não tinha mais do que 20 anos de idade quando de sua chegada ao Oriente, provavelmente em 1509, considerando que tenha nascido entre 1493-1495. Desta forma, note-se que ele começou muito cedo a experiência de navegação, tendo participado tanto da tomada de Goa (Índia), em novembro de 1510 e da tomada de Malaca (Malásia) no ano seguinte, o que o tornou capitão de um dos navios da esquadra que conquistou esse estado. É pela conquista de Malaca, outrossim, que Vasco seria lembrado, depois, por cronistas, por ter enfrentado os elefantes do sultão, o que configurava um grande feito dentro do conjunto de batalhas que fortaleceram a presença portuguesa na região. Além disso, participou da expedição a Ormuz (golfo pérsico), em 1515, provavelmente comandada por Afonso de Albuquerque, na qual mais uma vez obteve êxito e ganhou o cargo de alcaide-mor da recém construída fortaleza.

Vasco Fernandes voltou ao Reino depois desses acontecimentos, mas não demorou muito para que voltasse a navegar rumo ao Oriente outra vez. Em 1521, sob a capitania-mor de seu irmão mais velho, Martim Afonso de Melo, ambos compondo a armada comandada por D. Duarte de Menezes, que era seu primo, tentaram aproximação à costa da China (Cantão) mesmo sabendo das perigosas condições provocadas pelo conflito sino-lusitano. Depois de 1523, Costa afirma que os documentos só voltam a falar sobre o donatário do Espírito Santo e sobre seus feitos na Carta de Doação da capitania, onde é mencionada sua intervenção no Marrocos. Todos estes feitos renderam a Coutinho uma vasta experiência, o que o tornava digno de atenção por parte da Coroa. Importante mencionar, também, que o mesmo foi o único capitão-donatário do Brasil a ter servido tanto na África quanto na Ásia, tendo ido duas vezes ao Oriente pela rota do Cabo (COSTA, 2004, pp. 174-175).

Tem sido normal, na historiografia capixaba, que se remeta a este personagem de maneira caricata, encarando-o muitas vezes como um donatário descuidado, que não estava presente para ajudar no processo de fixação dos colonos na capitania do Espírito Santo e como um homem dado aos vícios, tanto pelo fato de ter sido um dos primeiros aventureiros a adquirir o hábito de fumar quanto pelo amancebamento com as índias da região, o que lhe rendeu alguns conflitos com a Igreja. Sobre sua ausência na capitania, é possível assinalar que Coutinho partira algumas vezes, sim, deixando a região sob os auspícios de algum capitão-mor e isso, sob o ponto de vista de personagens da época, criava oportunidade para que se deteriorasse a sua própria imagem. José Teixeira de Oliveira mostrou que o próprio governador-geral, Mem de Sá, em algumas cartas, achava melhor que se substituísse o donatário do Espírito Santo: “O perigo que esta terra agora pode ter hee ter capitão tão velho e pobre e nisto vera Vossa Alteza que os armadores são os nervos do brasil / e a capitania que os não tiver senão poderá sustentar” (OLIVEIRA, 1975, p. 95).

Ainda que Mem de Sá não tenha agido por interesses próprios, a historiografia brasileira do século XIX encarregou-se de enaltecer a linhagem do herói que provocou a derrota dos franceses de Villegagnon e de seus aliados tamoios no Rio de Janeiro⁹, provocando um efeito de detrimento do governador que o antecederia, Duarte da Costa. Acontece, entretanto, que esse efeito também recai sobre o donatário da capitania do Espírito Santo e sobre todos os outros fatores que contribuíram para o sucesso do governador-geral. Como lembra Paulo Knauss de Mendonça, resulta também dessa interpretação o empobrecimento do esforço francês, já que estes haviam conseguido se assentar na baía de Guanabara justamente por conta de uma fraqueza portuguesa (MENDONÇA, 1991, p. 52).

De qualquer forma, acreditamos que as viagens que Vasco realizava, na verdade, eram seus recursos mais fortes na tentativa de salvar a terra e a sua administração. Isto

⁹ Quem, de fato, realizou a expulsão dos franceses foi seu sobrinho, Estácio de Sá, juntamente com Araribóia e seus companheiros.

se explica pela vasta experiência náutica carregada pelo fidalgo, que praticamente era já um homem que havia percorrido a maioria os continentes do globo, conquistando terras, lutando contra povos estrangeiros e acumulando feitos. Além disso, o mundo ocidental, nesse período, passava por um processo de *mundialização*, do qual nosso donatário foi partícipe no âmbito dos negócios, que eram basicamente o que estruturava e movia a economia do que veio a se chamar Império Português Ultramarino. Sem querer apelar a uma “vitimização” desse personagem, queremos mostrar que ele tinha capacidades comprovadas e sua lista de feitos era notável, não perdendo em nada para os demais capitães-donatários. Um deles, aliás, Duarte Coelho, fora companheiro de armas de Coutinho na armada que avançou para Cantão em agosto de 1522 (COSTA, p. 173). Coelho, mais tarde, foi donatário da capitania de Pernambuco, que se desenvolveu e despontou como uma das mais produtivas de todas as capitanias.

Depois de mostrar esse grande universo de acontecimentos que envolvem a pessoa de Vasco Fernandes Coutinho, devemos pensar que toda essa trajetória percorrida por seu nome não pararia apenas na figura do donatário. A alcunha do fidalgo figuraria, então, num índio brasileiro. Metodologicamente, é interessante que se realize essa espécie de “regressão” envolvendo o novo nome de Maracaiaguaçu, pois aí nos deparamos com problemas quase que não tocados pela discussão historiográfica do Espírito Santo. O primeiro deles é a própria figura do índio, este já envolvido numa realidade de *mestiçagem* tanto com o pensamento europeu e seus sistemas de significado quanto com a dependência do seu trabalho – quase sempre compulsório – pelos portugueses. Esta é, pelo menos, a questão que se coloca diante de nós quando começamos a nos perguntar sobre o papel do indígena na história capixaba, ainda mais quando um episódio envolve processos culturais tão diferentes (o dos temiminós e o que decorre dos europeus). O segundo problema é referente ao que já mencionamos sobre Vasco Fernandes: deve-se sair da interpretação rasa sobre o personagem e então observar toda a gama de acontecimentos que estavam ligadas a ele até que seu nome parasse aqui, ou seja, quais implicações históricas tiveram as

ações desse homem para além do que alega a narrativa tradicional capixaba sobre sua ausência? Essa é uma pergunta que foge um pouco aos nossos esforços, mas, estando o foco no século XVI, precisamos realçar que estes são alguns exageros e vícios criados e que são muito difíceis de extirpar.

Particularmente, vemos, no Espírito Santo da segunda metade do século XVI, um conjunto de experiências que mostram um encontro de indivíduos que representam os diferentes grupos sociais que se compuseram o cenário da capitania. Não podemos, seguramente, recompor o quadro dessa sociedade sem reiterar a mortandade que sofreram as tribos indígenas; o processo de afastamento das mesmas em direção ao interior, aos sertões e, por outro lado, quanto aos índios dos aldeamentos, Luiz Felipe de Alencastro lembra que “[apesar de ter sido] prática inscrita na legislação régia como o modo menos violento de intervir nas sociedades indígenas, o descimento acabou provocando uma mortandade mais lenta, porém mais extensa que os resgates e os cativos” (ALENCASTRO, 2000, p. 120). Alencastro se refere aos índios descidos, que passaram a viver próximos aos assentamentos portugueses e sob a tutela dos inacianos, sendo “alugados” muitas vezes em troca de uma espécie de salário.

Observamos que é um consenso entre os historiadores do período dito colonial do Brasil aceitar que teria sido impossível, para os portugueses, manter-se no litoral sem o auxílio dos índios. Queremos trazer, para compor a discussão sobre o caráter pulverizado do império ultramarino português, a noção de que, além das instituições portuguesas funcionarem de maneira autônoma nas colônias, o dinamismo das relações entre grupos humanos também tomava seus próprios rumos. Algo bem discutido, nesse sentido, é a frequente alteração nas leis e regimentos a respeito da escravização de indígenas, o que nunca efetivou, de fato, a proibição dos abusos e dos trabalhos forçados. Na escala mais próxima das relações sociais no litoral brasileiro do século XVI e início do XVII, o desenrolar dos acontecimentos geralmente passava

pelo interesse dos jesuítas, que funcionavam como mediadores entre os nativos e portugueses.

A dependência do trabalho forçado indígena, da sua força militar para a defesa da costa e mesmo do seu papel como povoação da terra é uma particularidade da experiência portuguesa no Brasil. Somado a isso, a forma como Vasco Fernandes tentava melhorar a administração de sua capitania deixava este “feixe” muito solto. Isso não significa que o donatário não se importava com a terra, muito pelo contrário, era justamente na busca por parcerias com outros fidalgos em outras partes do Brasil, indo ao próprio Reino e acreditamos que até na costa ocidental africana que ele tentava algum sucesso nas negociações. Não conseguindo apoio do Reino e dos demais contatos, Coutinho ainda conseguiu sustentar até o fim de sua vida a donataria, deixando-a a seu filho, de mesmo nome. O insucesso das negociações do primeiro capitão-donatário leva-nos a crer que o sustento, pelo menos a partir do início da atuação jesuítica, deu-se pelo trabalho indígena e isso pode ser marcado pela presença dos índios do Gato depois de 1555, mesmo havendo presença de outras etnias nos aldeamentos. Adicionemos o trabalho jesuítico a partir da metade do século XVI, que foi responsável por grande parte do desenvolvimento e povoamento da região, visto que os aldeamentos foram pontos de miscigenação forçada entre etnias, de onde saíam mãos para o trabalho compulsório e guerreiros para compor a defesa do litoral.

O Espírito Santo contou com o comando de outros homens de administração, negócios e guerra. Há nomes importantes que ainda não foram estudados a fundo, a exemplo de Belchior de Azeredo, que inclusive foi o capitão que acompanhou Estácio de Sá rumo à baía de Guanabara, onde obteve vitória sobre os franceses no processo de retomada daquela região. Mesmo antes de Azeredo, a figura de Bernardo Sanches de la Pimenta, que era considerado como amigo de índios¹⁰, despontava nos

¹⁰ Os episódios referentes a Belchior de Azeredo e a Bernardo Sanches de la Pimenta aparecem no artigo de RIBEIRO, Luiz Claudio M. *Modos de ver (1534-1643): o governo do Espírito Santo na*

empreendimentos de apresamento pelos sertões em busca de indígenas, como sucedeu no episódio da batalha contra índios do Rio Cricaré (região de São Mateus), batalha essa muito arriscada, sob o comando de Fernão de Sá. Ambos, Fernão e Bernardo, morreram na batalha, mas esse ataque de oportunidade pode reforçar o quão dependentes eram esses homens do trabalho forçado indígena, a ponto de arriscar suas vidas para adentrarem aos sertões, ao mesmo tempo em que mostra certo *valor* desses índios como *peças* de trabalho.

Considerações finais

É necessário que se verifique o contexto da experiência entre brancos e indígenas na capitania do Espírito Santo durante do período proposto. Realizamos um esforço grande por não contar com estudos suficientes sobre esta região no que se refere a este tema, daí então podemos nos colocar, talvez, num lugar de observação que reinterpreta os fatos, alguns deles já narrados em alguns trabalhos, mas que precisam de mais atenção. A história regional pode sofrer de um preconceito temático, talvez por parecer menor em comparação com os outros temas, mas tentamos – por exemplo – demonstrar que, por trás de um simples nome, é possível reconstruir os acontecimentos que confluíram em outros episódios, talvez de maior repercussão na historiografia, mas que estão alicerçados em fatos regionais, nas relações entre etnias e entre jesuítas e índios.

A face do império ultramarino português que se configurou na América, face ainda insípida nos anos a que nos referimos neste trabalho, precisa ser estudada em suas particularidades, ainda que isso não signifique isolamento das regiões. Este império contava com homens experientes na guerra, mas que eram, sobretudo, homens de negócios e, num contexto diferente de tudo que eles haviam encontrado

nos outros continentes, tiveram que pôr em prática as habilidades que cada um deles tinha desenvolvidos na trajetória que os trouxera ao Brasil. Quando relembramos aquela referente ao capitão-donatário da capitania do Espírito Santo, muitas vezes não nos damos conta de que aquela pessoa unia contatos com culturas da Ásia, da Índia e da África, trazendo todas essas experiências justa e finalmente ao Brasil e, como se isso não bastasse, navegou de volta ao Reino e possivelmente a Angola. Somente esse pequeno apanhado já poderia empolgar estudos inovadores sobre esse personagem histórico em relação à capitania em questão.

Por personagem histórico, incluíamos também os indígenas na agenda do historiador regional dos primeiros séculos no Brasil. Como mostramos, há trabalhos desenvolvendo-se desde a década de 1980 a respeito desse tema, mas sobre nossa região ainda é muito pouca a discussão indigenista. Trazer o índio para o debate atual é também nos perguntar qual o processo que o levou ao papel de secundário pela historiografia – e esse é um problema que foi discutido por John Monteiro. Historicamente, teria relação o que Paulo Knauss chama de *pacificação* – como justificavam os portugueses para legitimar suas ações militares em relação ao índio (MENDONÇA, 1991, p. 15) – também com o que ocorreu no Espírito Santo? Não se pode esquecer que este período, dito colonial, é marcado por intensificação das guerras e constante mobilização de grupos indígenas em busca de sobrevivência no interior dos sertões ou na própria realização de alianças com o elemento europeu.

Por fim, este trabalho foi uma tentativa de pôr o problema dos personagens históricos sob um mesmo pano de fundo: a capitania do Espírito Santo. Há problemas historiográficos que estão começando a ser tratados, tanto no que se refere à administração local e à ideia de império português quanto à participação do elemento indígena no processo histórico que envolve os primeiro e segundo séculos de ocupação europeia na capitania. Esperamos que esse esforço se converta numa reflexão importante para se pensar a história do Espírito Santo além da abordagem

tradicional, numa tentativa de colocar os indígenas no cenário da história regional a partir também dos rastros deixados pelos padres jesuítas.

Bibliografia

Fontes impressas

ANCHIETA, José de. **Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

Cartas Avulsas, 1550-1568 – Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**. 5 Vols. Roma, Monumenta Historica Soc. IESU, 1965.

LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas**. Brasiliana. Vol. 194. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

Bibliografia de apoio

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. pp. 25-68.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. *Valentes, diabólicos, invencíveis e aliados: Goitacazes, temiminós, portugueses e franceses na capitania do Espírito Santo*. Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-Est. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/download/11782/8478>>.

- CARVALHO, José Antonio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. São Paulo: USP/Escola de Comunicação e Artes, 1979.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. trad. Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MENDONÇA, Paulo Knauss de. **O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e holandeses na disputa colonial**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editoração, 1991.
- MONTEIRO, John Manoel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001.
- MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 115-132.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Modos de ver (1534-1643): o governo do Espírito Santo na sua primeira centúria**”, in: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória: Secult, 2012, pp. 171-199.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem**. Revista Antropologia. v. 35. São Paulo: USP, 1992, pp. 21-74.